

Zélia e Bresser acham que podia ser melhor

por Flávio Ribeiro de Castro
de São Paulo

Os ex-ministros da Economia Luiz Carlos Bresser Pereira e Zélia Cardoso de Mello criticaram ontem o acordo em princípio com os bancos privados. "Esse não foi um bom acordo para o Brasil, mas foi o acordo possível", afirmou Bresser Pereira. Já Zélia acredita que o abandono do princípio de capacidade de pagamento nas negociações deverá provocar o agravamento da inflação e da recessão no País.

Segundo Bresser Pereira, o Brasil não conseguiria um acordo melhor para a dívida com os bancos privados porque as elites do Primeiro Mundo acreditam que o Plano Brady é a solução para os países do Terceiro Mundo. Essa crença começou a existir, explicou, logo após o fechamento do acordo com o México em agosto de 1989.

"Naquela época, a economia mexicana já estava estabilizada, a reforma fiscal havia sido feita e as taxas de juros estavam em patamares muito elevados, o que atraía investimentos estrangeiros. Ainda assim, se achou que a melhora das condições econômicas do país era resultado do acordo", declarou. Bresser lembrou que, mesmo sem o acerto com os credores, o Brasil conseguiu atrair recursos no final de 1991 e no início deste ano, ao manter as taxas de juros mais altas do que as dos países desenvolvidos.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Bresser acredita ainda que o impacto do acordo em princípio na economia será muito pequeno. "A expectativa do ministro Marcílio era que esse choque positivo externo ajudasse a baixar a inflação, mas ela deve continuar alta e a economia, estagnada", disse.

Segundo ele, o efeito não será tão grande porque o desconto de 35% incide sobre a dívida de longo prazo (cerca de US\$ 40 bilhões), o que, na realidade, significa uma diminuição de apenas 15% sobre o total. "Apesar disso, foi bom que tenhamos fechado o acordo. Ainda que a maior parte do ônus fique para o Brasil", afirmou.

Essa não é, no entanto, a opinião da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello. Ela acredita que o governo, ao abandonar o princípio de capacidade de pagamento, deverá provocar mais inflação e recessão. "O acordo aumenta os gastos do País com a dívida. É uma incoerência fazer pagamentos maiores nesse momento, com a situação fiscal ruim que temos", explicou.

Para ela, a fragilidade política do governo pode ter piorado a sua capacidade de negociação com os credores. "A proposta de acordo que fizemos em 1990 seria melhor, porque permitiria a realização de menos pagamentos no início de sua vigência possibilitando que o País tivesse mais tempo para alcançar o equilíbrio da economia", explicou.

REFORMA FISCAL

Zélia admite, porém, que seria difícil conseguir condições melhores agora e, por isso, defende a tese de que o País não deveria ter aceito o acordo. Segundo ela, o acerto é politicamente bom para o governo, que, junto com os empresários, deverá comemorar seu fechamento, mas irá piorar a situação da população. "O acordo ajuda o governo a tomar fôlego para sair da paralisia", explicou Zélia. Com isso, afirmou, a expectativa é de que ele reúna forças para alcançar a reforma fiscal ainda neste ano.